

OPINIÃO

O estranho caso do estudo “parcial” com parciais verdades

No meio deste logro, que penaliza os seus autores e sobremaneira quem honestamente trabalha no CAAD, fica a alegria de saber que o famoso “estudo”, de tão bom que é, até ao momento ainda não foi publicado...



Jorge Bacelar Gouveia

21 de Julho de 2022, 6:20



Ouça este artigo aqui

00:00



1.0x

04:15

[Saber mais](#)

1. Há anos que tenho sido árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), instituição que conheço desde o nascimento, aqui ficando a declaração de interesses quanto a esta reflexão.

Tem sido neste contexto que se tem apostado na arbitragem como solução alternativa de litígios tributários (<https://www.publico.pt/2011/02/05/jornal/arbitragem-fiscal-nao-acaba-com-os-44-mil-processos-pendentes-21222728>), com vista a superar o problema da morosidade da justiça fiscal.

Eis um tema em que procuro agir sem pré-juízos ou preconceitos ideológicos, como julgo que foi o caso quando, neste jornal, escrevi sobre a arbitragem privada: Por uma justiça arbitral mais transparente (<https://www.publico.pt/2020/02/27/sociedade/opiniao/justica-arbitral-transparente-1905641>)

(<https://www.publico.pt/2020/02/27/sociedade/opiniao/justica-arbitral-transparente-1905641> (<https://www.publico.pt/2020/02/27/sociedade/opiniao/justica-arbitral-transparente-1905641>)).

Por isso, só posso sentir-me tranquilo na avaliação de um recente estudo, elaborado por um centro de investigação de um estabelecimento de ensino superior público (<https://www.publico.pt/2022/07/15/opiniao/opiniao/arbitragem-fiscal-privada-bem-paga-avessa-escrutinio-2013748>), divulgado com os favores da habitual propaganda mediática.

2. Qual não foi o meu maior espanto quando me depararei com um conjunto de erros, lapsos e enganos que contaminam tal relatório, pondo em xeque a honra do CAAD e a verdade do que lá se passa.

Logo mal impressionado fiquei quando me disseram que a instituição “estudada” de nada soubera, não se tratando de uma “secreta investigação judicial” que o impusesse, sendo inverosímil não haver dúvidas e não serem as mesmas esclarecidas por tal instituição.

O pior foi o confrangedor “espetáculo” oferecido na apresentação pública do mesmo, em cuja sessão a cada pergunta ou dúvida pertinente se respondia com um pedido de desculpas ou com um agradecimento para melhoria futura.

Como estamos no tempo estival, isto faz-me lembrar aquelas estátuas de areia que no verão as crianças constroem nas praias, mas que a cada gota de água que inesperadamente um aguaceiro traz se desmoronam num ápice.

3. A um mau começo somou-se um conjunto de asserções que podem levar à extrapolação (oxalá esteja errado) de “mentiras” que têm de ser denunciadas, as quais retiram toda a credibilidade aos “*power points*” mostrados:

- **1.^a mentira:** não é verdade que a percentagem dos casos em que o Fisco sai vitorioso seja apenas de 23% porque os dados da OCDE e do CAAD o contrariam, com taxas de sucesso para o Estado, no período entre 2016 e 2020, respetivamente, de 36,8% e 35,4%;
- **2.^a mentira:** não é verdade que os processos sejam morosos porque a média relatada na estatística do CAAD refere 4 meses e 20 dias, sendo certo que há o prazo geral de um ano;

- **3.^a mentira:** não é verdade que haja abundantes remunerações milionárias dos árbitros porque tais valores, sendo definidos em razão dos pedidos, são ínfimos por ser reduzida a percentagem dos processos de mais elevado valor, com (i) 6,9% de processos de mais de 1 milhão de euros, (ii) 6,3% de processos entre 500.000 e 1 milhão de euros e (iii) 7,3 % de processos entre 250.000 e 500.000 euros, sendo o grosso de 54,5% de processos com valor até 60.000 euros;
- **4.^a mentira:** não é verdade que falte transparência no funcionamento do CAAD porque esta instituição até foi pioneira na publicação de todas as suas decisões - muito antes de, só há algum tempo a esta parte, a lei apenas exigir a publicação das decisões arbitrais administrativas - como os árbitros são escolhidos por sorteio (95%) a partir de listas atualizadas periodicamente.

4. No meio deste logro, que penaliza os seus autores e sobremaneira quem honestamente trabalha no CAAD, fica a alegria de saber que o famoso “estudo”, de tão bom que é, até ao momento ainda não foi publicado...

A ciência também tem destes rebates de consciência, como a culinária: qual é o cozinheiro com Estrelas Michelin - e que delas se ufana, com uma inigualável “superioridade moral” - que tem o atrevimento de apresentar um “bolo queimado” ao seu cliente, mesmo que no caso seja um cliente público, pago por todos nós (FCT) e decerto pouco exigente e ainda mais complacente?

O autor escreve segundo o novo acordo ortográfico